

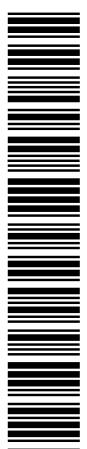
REQUERIMENTO **Do Sr. Deputado Ernandes Amorim**

Requer ao Senhor Ministro de Estado da Defesa, a designação do Excelentíssimo Senhor General de Exercito AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA, Comandante Militar da Amazônia, para prestar alguns esclarecimentos a esta Comissão sobre a questão das terras indígenas na Amazônia e no Brasil.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 58 , § 2º, inciso V da Constituição Federal e, Art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência seja requerido ao Senhor Ministro de Estado da Defesa a designação do Excelentíssimo Senhor General de Exercito AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA, Comandante Militar da Amazônia, para se manifestar nesta Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, sobre a questão que envolve as terras indígenas na Amazônia e demais Estados da Federação.

É inegável que a questão levantada pelo General Heleno, no Clube do Exercito na Cidade do Rio de Janeiro, a uma platéia constituída essencialmente por Militares, chamou a atenção da Nação



brasileira, sobre a demarcação das terras indígenas, e a eclosão do conflito armado em terras ditas indígenas no Estado de Roraima, confirma a assertiva do nosso brilhante General Heleno.

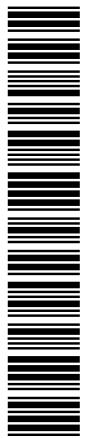
A questão das terras indígenas merece por parte desta Casa uma ampla e necessária discussão sobre a realidade , exigências e perspectivas do nosso grave problema fundiário em todo o País, esse conflito entre agricultores e índios na Reserva Raposa Serra do Sol, com uma área de 1,7 milhão de hectares, somada a dos Ianomâmis, ocupa quase metade do território do Estado de Roraima, ou seja 46,0%(quarenta e seis por cento),que abriga em seu território fazendas com alto índice de produtividade e até municípios, não será, e não pode ser resolvida apenas com uma ação Policial.

A questão das terras indígenas no Brasil, assume dimensões que transcende até mesmo a nossa Soberania como Nação, sobre as reservas e territórios indígenas em áreas de fronteiras com diversos Países, e que é constitucionalmente atribuições das Forças Armadas.

E importante destacar-se a existência comprovada, das mais ricas jazidas de minérios do Planeta, entre ocorrência de Ouro, diamantes e minérios estratégicos para uso nuclear, e de vital importância para as industrias espacial, bélica e de informática, fatos de conhecimento de todos, e que já foram objetos de relatórios das forças armadas e da Agencia Brasileira de Inteligência(ABIN).

Outro fato preocupante, destacado pelo General Heleno, a Resolução da ONU em Setembro de 2007, que trata da Declaração Universal dos Direitos dos Povos indígenas, que concede às chamadas “Nações Indígenas” direitos à independência e, desse modo, possuir leis próprias e governos autônomos.

E ainda, a denuncia sobre a existência e atuação de mais de 100 mil Organizações Não Governamentais (ONG’s), entre nacionais e estrangeiras, atuando em diferentes setores do território Amazônico e Brasileiro, com evidentes, e comprovadas ações sobre levantamento dos nossos recursos minerais e vegetal, sobre o manto de uma assistência social, defesa e reivindicações de grupos, povos e Nações Indígenas.



Temos que aprofundar essa discussão, e os reflexos dos Projetos de Lei, em trâmite no Congresso Nacional, que tratam de isenções tributárias para as matérias primas e produtos de origem amazônica, se industrializados (IPI), como é o PL. nº. 2.403/2003, e o PL. nº. 1.610/1996, sobre exploração e aproveitamento de recursos minerais em terras Indígenas, com especial destaque os minérios nucleares e petróleo .

Na visão global do nosso Ilustre General Heleno, existem outros aspectos setoriais e políticas de Governo para a região amazônica, pois a Amazônia, não comporta apenas interesses Indígenas, pois com a conclusão da chamada Rodovia Transoceânica, que ligará o Estado do Acre a portos do vizinho Peru, no Oceano Pacífico, dará acesso a Amazônia Brasileira aos interesses de países como China, Índia e Japão, relativos aos nossos produtos da biodiversidade tropical, madeira e minérios.

O Governo Federal precisa dotar a região de mecanismos de controle, fiscalização e proteção das áreas motivo das explorações e exportações dos nossos produtos de origem vegetal e mineral, que se não monitoradas, poderão conduzir a região a desastres ambientais de consequências imprevisíveis.

É nosso dever, e um imperativo do nosso mandato Parlamentar, esclarecer o que ocorre na Amazônia, onde um Oficial Superior do Exército Brasileiro – Coronel Célio Fregapani, respeitado pelos seu conhecimento e dedicação à causa da defesa dos interesses nacionais, foi exonerado da chefia do Grupo de Trabalho Amazônico (GTAM), um defensor intransigente dos interesses estratégicos da nossa soberania na região amazônica, e um entrave aos interesses de controles e acessos de grupos de indivíduos pertencentes as conhecidas Organizações Não Governamentais-estrangeiras que se amontoam na Amazônia.

O General Heleno, um dos mais preparados Oficial General do Exército Brasileiro, com o seu destemor e elevado espírito de brasiliade e nacionalismo, deu a Sociedade Brasileira, um alerta do que está ocorrendo na Região mais cobiçada do Planeta.



E a Câmara dos Deputados, a Casa do Povo Brasileiro, precisa ouvir a fala desse Ilustre **Brasileiro, que como todos nós, se preocupa com a nossa Soberania e bem estar do nosso povo.**

Sala das Sessões em de de 2008.

Deputado Ernandes Amorim

